

JORNAL DA TARDE

DÉFICIT AMEAÇA PLANO REAL

DÍVIDA DOS ESTADOS

Avaliação do Lloyds Bank prevê agravamento da situação por causa das eleições municipais

11 JAN 1996

Endividamento dos Estados

Região	Dívida total (*) (em milhões)	% da receita disponível	Região	Dívida total (*) (em milhões)	% da receita disponível
Norte**	3.132	95	Sudeste	44.375	197
AC	382	121	ES	840	77
AM	1.254	139	MG	10.181	255
PA	891	90	RJ	7.113	199
RO	262	66	SP	26.242	189
RR	246	105	Centro-Oeste	8.401	273
TO	97	22	DF	679	125
Nordeste	15.618	173	GO	3.972	329
AL	920	167	MT	2.200	290
BA	4.221	175	MS	1.551	269
CE	2.205	163	Sul	12.830	195
MA	1.912	219	PR	2.611	119
PB	1.735	260	RS	8.224	279
PE	1.492	100	SC	1.996	137
PI	1.103	211			
RN	1.281	222			
SE	747	135			
			Total	82.594	192

* Dados referentes a outubro de 1995

** Exclui o Amapá

Fonte: Banco Central, Conselho Nacional de Política Fazendária, Secretaria do Tesouro Nacional, jornais diários. Elaborado pelo E3-Escritório de Estudos Econômicos

levante que o outro. No entanto, em nenhum caso o endividamento externo é expressivo o suficiente para compensar o impacto do juro interno.

A Região Norte não cai na armadilha da dívida pública mobiliária, mas é a que possui dívida bancária mais significativa sobre o total: 71,4%. A Região Sudeste, onde estão 3 dos 4 Estados mais endividados da Nação - São Paulo, Minas e Rio de Janeiro - é a que apresenta a dívida bancária mais modesta, de apenas 20%. Em contrapartida, a dívida mobiliária alcançava 55,9% do total do endividamento, no mês de outubro.

Apesar da inclinação do mercado em apoiar as metas lançadas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, desta vez pode não haver unanimidade quanto à preferência dada à votação da reforma previdenciária, pois uma das preocupações do mercado é a interrupção de um período prolongado de resultados fiscais positivos. O superávit médio foi de 0,4% ao ano entre 1990 e 1994. Para 1995 a expectativa é de déficit próximo de 4,5% do PIB.

"Os destaques das despesas no governo federal foram os juros da dívida externa, com 61% de aumento: as liberações vinculadas, com 21%, e o serviço da dívida interna, com 17%", lembra o Lloyds Bank. No entanto, embora com crescimento menor, de 15%, as despesas com pessoal foram as que tiveram peso mais significativo, respondendo por 38% do total.

Ângela Bittencourt/AE

A situação financeira do governo federal não está próxima do ideal, mas a dos Estados e municípios é considerada muito delicada. Segundo avaliação do conglomerado inglês Lloyds Bank, "a rolagem da dívida contribuiu para 55% do aumento do déficit neste ano, contra 33% no governo federal e os números mostram que sem uma política especial para essas administrações e, em particular para o estoque da dívida, será impossível equilibrar o déficit público e sustentar o Plano Real a longo prazo".

Na avaliação dos técnicos do Lloyds, "a principal parte do ajuste de Estados e municípios virá da queda dos juros reais, de 24% ao ano em 1995 para cerca de 15% em 1996, diminuindo por tabela o custo de rolagem das dívidas. Parte virá também da venda de algumas estatais estaduais".

O Lloyds lembra, contudo, que os dois principais riscos para o equilíbrio dos Estados e municípios neste ano serão os reajustes do funcionalismo e as eleições municipais. "A correção pela inflação passada, que pode superar 25%, está acima da previsão de crescimento de receitas, que será limitada neste ano pelo crescimento mais modesto da economia. Com isso, a expansão da arrecadação de Estados e municípios, neste ano, deve ficar abaixo dos 25% do ano passado. Especificamente no caso dos municípios, ainda há o reajuste do salário-mínimo previsto para maio e que terá impacto expressivo sobre as folhas de pagamento."

Outro fator de pressão será a eleição para prefeitos e vereadores, que podem ampliar os gastos dos municípios neste ano. A pressão poderá ser maior caso seja aprovada a possibilidade de reeleição dos atuais administradores. Os municípios possuem, porém, uma situação mais confortável que os Estados e devem queimar esta gordura em 1996, acredita o Lloyds Bank: "O comprometimento de receita com funcionalismo, por exemplo, representa entre 50% e 60% das receitas dos municípios, em média, para 80% de comprometimento no caso dos Estados."

Em conjunto, as 5 regiões do País possuem um perfil de endi-

vidamento, referente a outubro de 1995, concentrado basicamente em operações sobrecarregadas pelo juro doméstico que, apenas no ano passado, superou em 33% a correção cambial. Segundo detalhamento realizado pelo economista Bernard Appy, do E3-Escritório de Estudos Econômicos, 69,5% da dívida total de R\$ 82,594 bilhões em outubro foram contraídas na forma de títulos vendidos ao mercado, empréstimos bancários convencionais ou Antecipações de Receita Orçamentária (ARO), que não passam de um contrato de crédito.

Para cada região, um tipo de dívida pode ser muito mais re-